

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei	
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<u>1132/XIII/4.^a</u>	
Proponente/s:	Sete Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD)	
Título:	«Estatuto do Cuidador Informal»	
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?	SIM	
	Caso possa envolver, prevê entrada em vigor / produção de efeitos com o próximo OE?	NÃO
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM	
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se	
A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?	SIM	
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Trabalho e Segurança Social (10.^a)	
Observação: O proponente solicita a discussão na generalidade em conjunto com a Proposta de Lei n.º 186/XIII/4. ^a (GOV) e os Projetos de Leis n.ºs 1126 e 1127/XIII/4. ^a (CDS-PP), agendadas para dia 8 de março de 2019.		
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.		

Data: 22 de fevereiro de 2019

O assessor parlamentar, Rafael Silva (ext 11703)